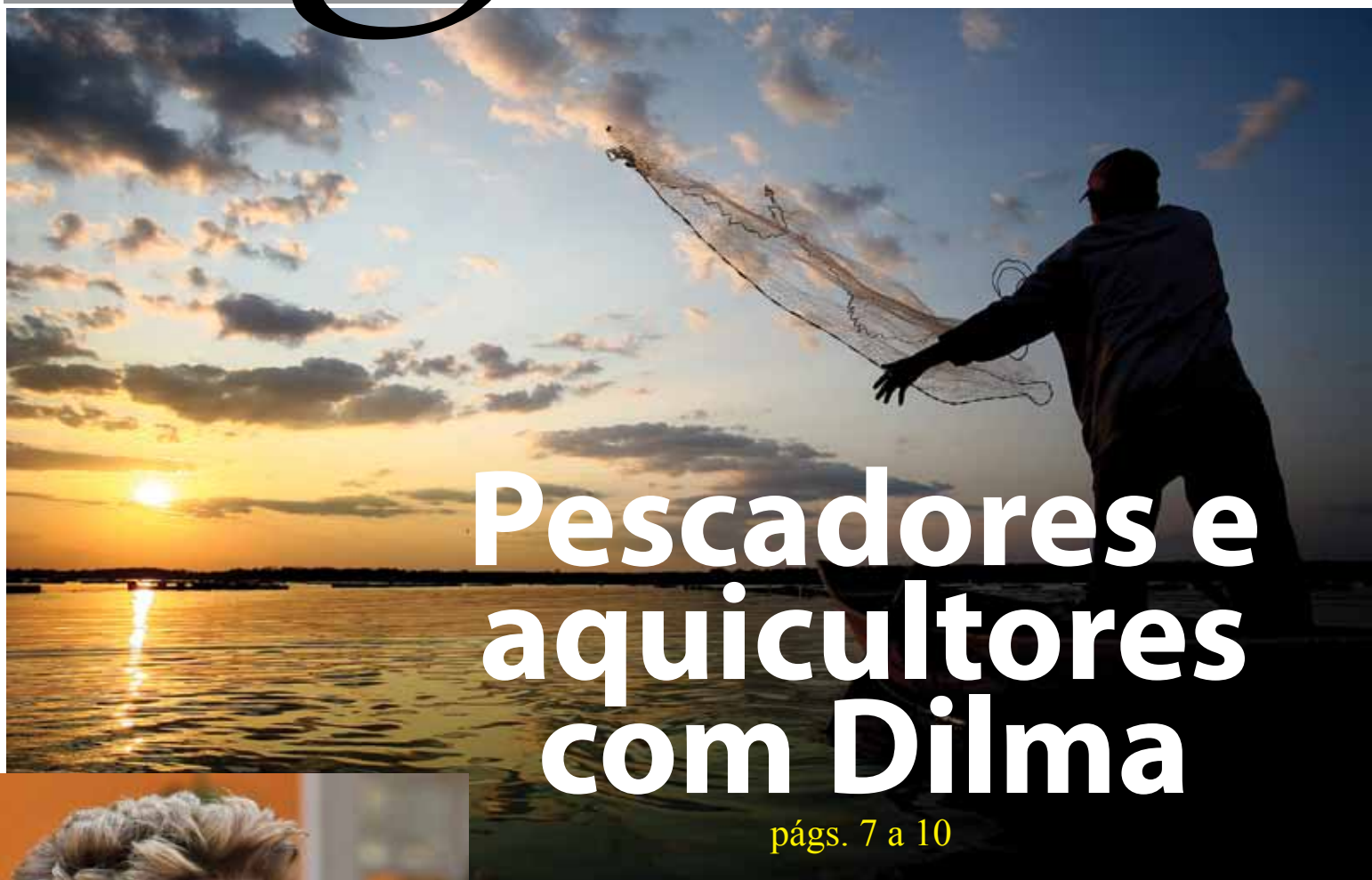
Página 13

PT

Nº 91 SETEMBRO/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

ARQUIVO MPA

Pescadores e aquicultores com Dilma

págs. 7 a 10

Foto: Roberto Stuckert Filho

EDITORIAL

Antes do Governo Lula, a pesca e a aquicultura era um setor esquecido. Agora é reconhecido e valorizado, com a implantação de políticas públicas, destinação de recursos, criação do Ministério e leis que ajudam a organizar a atividade. Pela primeira vez temos uma política estruturada para este setor. Fizemos muito, mas temos ainda muito a fazer.

Queremos fortalecer o setor da pesca e queremos seguir mudando. Queremos aumentar a oferta de alimentos saudáveis para o país que cresce e aumenta sua capacidade de consumo. Queremos gerar mais empregos e mais renda. E queremos colocar o Brasil entre os maiores produtores mundiais de pescado. É por isso que pescadores e aquicultores apóiam Dilma para presidente.

Chile, 11 de setembro de 1973. Direita executa golpe contra o governo da Unidade Popular.

Lembrar sempre, para que não aconteça jamais.

Onde este povo está com a cabeça?

A direita não se conforma com a vitória de Dilma e adota um discurso apocalíptico

Valter Pomar*

Esta edição de ***Página 13*** circula no mês de setembro de 2010, nos dias que antecedem a realização do primeiro turno das eleições presidenciais e de 27 governadores de estados, bem como das eleições para 2/3 do Senado Federal, toda a Câmara dos Deputados e 27 Assembléias Legislativas.

Há nove candidaturas disputando a presidência da República: Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores: José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira; Marina Silva, do Partido Verde; Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL; José Maria de Almeida, do PSTU; Ivan Pinheiro, do PCB; José Maria Eymael, do PSDC; Levy Fidelix, do PRTB; e Rui Costa Pimenta, do PCO.

As seis últimas candidaturas, somadas, não alcançam 2% de intenções de voto nas pesquisas publicadas até o fechamento desta edição. A candidatura de Marina Silva vem oscilando, dependendo da pesquisa e do momento, entre 5 e 10 pontos. As candidaturas de Dilma e Serra, somadas, reúnem mais de 75% das intenções de voto.

No fundamental, este cenário eleitoral confirma a avaliação feita por alguns, já em 2009: a eleição seria marcada pela polarização PT versus PSDB; a candidatura Dilma viria em ascensão; a candidatura Serra se manteria estagnada, ainda que mantendo um apoio eleitoral significativo.

Mas este cenário eleitoral traz, também, uma novidade importante: a partir de agosto e até agora, a candidatura Dilma não interrompeu sua ascensão. O impacto psicológico disto, sobre as fileiras adversárias, foi tão grande, que a candidatura Serra começou a perder apoios. Ao mesmo tempo, não teve o êxito pretendido a operação financeira e midiática em favor da candidatura Marina, visando levar a eleição presidencial para o segundo turno. Resultado: discute-se abertamente a possibilidade de a eleição presidencial ser decidida já no primeiro turno, com a vitória de Dilma Roussef.

Esta possibilidade existe e não devemos desperdiçá-la. Mas uma vitória em primeiro turno não é o cenário mais provável. E, paradoxalmente, para que se torne possível o que não é o mais provável, é essencial não subir no salto, nem baixar a guarda.

Afinal, embora a candidatura Serra esteja enfrentando dificuldades políticas, ela tem meios para fazer operações especiais que, como em 2006, podem levar a eleição para o segundo turno.

As dificuldades políticas da direita têm duas causas fundamentais. A primeira delas é muito simples: a maior parte do povo brasileiro está vivendo melhor e relaciona isto às políticas adotadas pelo governo Lula, com quem ademais mantém uma identidade de classe.

A segunda delas é mais complexa, embora não tanto: a oposição de direita propaga e em parte acredita que os êxitos do governo Lula estão baseados nos supostos êxitos do governo FHC. Ao mesmo tempo, a oposição sabe que o povo não pensa assim, até porque conhece os efeitos de uma e outra política no emprego e nos salários, por exemplo.

Por isto, Serra evita defender o "legado FHC", foge da comparação entre os dois governos e dá prioridade à tentativa de desconstituir a imagem de Dilma, apostando que conseguiria evitar a transferência de votos em favor da candidata do PT. Parece incrível, mas na cabeça de Serra, ele seria a "continuidade com segurança".

Registre-se que Marina e Plínio também embarcaram na tentativa de desconstituir Dilma. A candidata verde disse o seguinte, ao jornal ***O Estado de S. Paulo***: "Nós conhecemos o presidente Lula, a gente conhecia o Fernando Henrique Cardoso, a gente conhece o Serra – eu discordo dele, mas conheço. O povo pode até discordar de mim, mas me conhece. Eu estou aí há 16 anos na política nacional. Mas, com todo respeito à ministra Dilma, nós não conhecemos ela nesse lugar de eleita. Conhecemos como ministra de Minas e Energia, da Casa Civil e até respeitamos o trabalho dela, mas daí a ser presidente da República?"

Operação de desconstituição

O candidato do PSOL, durante um debate promovido pela rede Canção Nova, disse que "toda a comunidade cristã conhece ao Serra, a mim e à Marina". Já Dilma foi classificada como uma "incógnita, que foi inventada pelo Lula".

Como era de se esperar, a operação de desconstituição promovida por Serra e seus aliados é mais violenta: inclui tratar Dilma como grosseira e autoritária (como fizeram os apresentadores do Jornal Nacional), apresentá-la como violenta terrorista (técnica adotada especialmente na internet), adepta do jogo sujo (dossiês, quebras de sigilo), tecnocrata, centralizadora e tudo mais, inclusive o contrário disto tudo: uma candidata inventada, um preposto de Lula.

A polêmica em torno da quebra do sigilo fiscal de Verônica Serra, Eduardo Jorge e outros faz parte deste contexto. Há fortes indícios de que a operação fez parte da disputa interna no tucanato, entre Serra e Aécio. Mas sua repercussão atual, na qual se atribui ao PT a iniciativa, cumpre um triplo papel: tentar levar a disputa presidencial para o segundo turno; reunir elementos para questionar legalmente a candidatura Dilma; e colocar em questão a legitimidade de nossa vitória, seja no primeiro, seja no segundo turno.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Nesta reta final, além de não baixar a guarda, ampliar a votação do PT, dar organicidade ao campo democrático-popular, é também fundamental ampliar a votação e o número de parlamentares ligados à esquerda do Partido e comprometidos com continuar mudando. Mudando muito e rápido.

Serra, setores do Judiciário e dos meios de comunicação estão envolvidos nesta operação. Motivo adicional para não baixarmos a guarda: **lembrar de 2006** deve ser repetido como mantra.

Exceto por uma reviravolta imponderável, Dilma será eleita presidenta da República, seja no primeiro, seja no segundo turno. A questão estratégica é saber qual o conteúdo programático: o que esta vitória projeta para o futuro?

Ao longo da campanha, Dilma afirmou um compromisso, composto de duas ações articuladas: **continuar é continuar mudando**. Por diversas razões, o acento principal foi na continuidade; e o tema das mudanças acabou ficando em segundo plano.

A campanha tratou de forma defensiva temas importantes como a reforma política, a reforma tributária e a democratização da comunicação social, para ficar apenas nestes casos. Isto, mais a composição da coligação, apontam para um governo mais comprometido com a continuidade, sem que fique claro no que vamos ***continuar mudando***.

Claro que continuar mudando dependerá e muito da correlação de forças que emergirá das urnas: a composição do Senado, da Câmara, dos governos estaduais e das assembléias legislativas. Visto de agora, tudo indica que teremos uma maioria governista, mas não teremos uma maioria de esquerda (entendendo por isto basicamente o PT, o PCdoB, o PSB e o PDT).

Este é um dos motivos pelos quais devemos fazer de tudo, nesta reta final de campanha, para fortalecer o desempenho do PT, de nossas candidaturas a governador, ao Senado, à Câmara e às Assembléias estaduais.

Outras variáveis vão incidir na conduta do próximo governo. Uma destas variáveis é a conjuntura internacional, que segue combinando elementos de crise econômica prolongada e provocações militares por parte dos Estados Unidos. Outra das variáveis é a postura das oposições. Já vimos, em 2005, como uma atitude da oposição pode influenciar a postura do governo.

Oposição está em surto

À luz das eleições de 2010, o que podemos dizer sobre o que farão as oposições ao longo dos próximos anos?

A oposição de esquerda, ao que tudo indica, colapsou. A aposta que fizeram no fracasso do governo Lula, no desmanche do PT, num discurso para-udenista, não rendeu frutos eleitorais, nem conseguiu construir umpólo social de oposição. Pelo contrário: em diversos momentos aliaram-se à oposição de direita, enfraqueceram as posições de esquerda no interior do PT e passaram para a sociedade uma imagem caricatural do socialismo.

A oposição de direita está em surto, como se depreende da leitura dos trechos abaixo, parte de textos escritos recentemente por colunistas eleitores de Serra:

> "A quebra do sigilo é um aviso de que o Estado democrático de Direito está em crise de que um Estado totalitário se aproxima" Ricardo Caldas, *Folha de S. Paulo*, 8 de setembro

> "O lulismo desqualifica a política. E abre caminho para o autoritarismo." (Marco Antonio Villa, *Folha de S. Paulo*, 8 de setembro)

> "(...) uma entidade institucional inédita, personificada por Lula. Semelhante, neste aspecto, a um aiatolá, atuando de fora para dentro do governo (...) a democracia brasileira adentrará uma quadra histórica não isenta de riscos (...) controle social da mídia é eufemismo para intervenção em empresas jornalísticas e imposição de censura prévia" (...) Estamos nas "cercanias de um regime autoritário" (...) "chavismo branco" ou "regime mexican style" (...) (Bolívar Lamounier, *O Estado de São Paulo,* 24 de agosto)

> "Estão criadas as condições para o surgimento de uma versão brasileira –com duas faces, a do PT e a do PMDB– da "ditadura perfeita" vivida pelo México décadas a fio sob o controle do PRI." (Editorial do jornal *O Estado de São Paulo,* 24 de agosto)

Se mantiver este discurso, esta oposição apocalíptica cumprirá um papel político importante, mas só terá chances eleitorais em 2012 e 2014 se a situação econômico-social desandar completamente. Motivo pelo qual é provável que a direita social (ou seja, o grande empresariado e os setores médios conservadores) aposte suas fichas no PMDB, que já se ofereceu inclusive para abrigar Aécio Neves.

Neste sentido, precisamos ter um olho no peixe e outro no gato. E, não importa qual seja o resultado da eleição congressual, para reduzir as chances de que o aliado de hoje se torne o algoz de amanhã, o PT deve materializar seu compromisso com os demais partidos de esquerda (PCdoB, PSB, PDT) através da constituição de uma ação mais orgânica. Há quem fale, até, numa "frente ampla" semelhante à que existe no Uruguai.

E o que será do PT, neste contexto? Sobre isto, há muito o que debater e reformar. Apenas como aperitivo, podemos apontar duas incógnitas e duas certezas.

As incógnitas são: que papel Lula terá no próximo período; e que organicidade terá a relação entre a companheira Dilma, uma vez eleita presidente, e seu Partido?

As certezas são: o Partido dos Trabalhadores sairá desta eleição mais importante e mais desenvolvimentista do que entrou.

Vale lembrar que o PT surgiu em 1980, criticando não apenas a ditadura, mas também o desenvolvimentismo, apresentando uma alternativa democrático-popular e socialista. Já em 2002, o programa com que Lula disputou as eleições foi de transição para o pós-neoliberalismo. Entre 2003 e 2005, esta transição foi contida e dominada pelos social-liberais, sob comando de Palocci. Mas a partir de 2005 e até hoje, os setores desenvolvimentistas vêm ganhando espaço. A tal ponto que, recentemente, até mesmo candidatos da esquerda petista incluíram, em seu material de propaganda, a defesa de um "modelo econômico centrado no capitalismo produtivo".

Claro que é melhor um partido hegemonizado por desenvolvimentistas, do que por social-liberais. Mas sem reformas estruturais, o desenvolvimentismo brasileiro será sempre conservador (ou seja, para cada ganho dos de baixo, muito mais ganho nos de cima). Em nosso país, 20 mil controlam 46% da riqueza; 1% controla 44% das terras! E desenvolvimentista ou não, o capitalismo será sempre... capitalista.

Noutras palavras: neste PT mais importante que emergirá das eleições de 2010, continua sendo indispensável a existência de uma esquerda socialista, que defenda reformas estruturais, que compreenda o papel estratégico da luta social e do próprio Partido.

Por isto, nesta reta final, além de não baixar a guarda, ampliar a votação do PT, dar organicidade ao campo democrático-popular, é também fundamental ampliar a votação e o número de parlamentares ligados à esquerda do Partido e comprometidos com **continuar mudando**. Mudando muito e rápido. ★

***Valter Pomar** é integrante do Diretório Nacional do PT

ENTREVISTA

Juventude e Luta na Assembléia de São Paulo

Vereador pelo segundo mandato na cidade de Araras-SP, Breno Cortella fala um pouco de sua trajetória, lutas e propostas, e da importância de derrotar os tucanos no ninho

Foto: Arquivo

Qual a importância da eleição para o governo de São Paulo?
Breno Cortella: Precisamos lutar por uma transformação política em São Paulo. Os tucanos governam esse Estado há 16 anos e o mesmo grupo político se revezam no poder há decadas. O Estado de São Paulo precisa estar presente na vida das pessoas com políticas públicas. Não existe ações de governo para os municípios, o Estado não é cobrado, e as pessoas lembram somente das prefeituras e do Governo Federal. Por exemplo, em quase toda delegacia de polícia existem servidores municipais cedidos pelas Prefeituras e a polícia não consegue dar o mínimo de manutenção na frota. E poucos percebem. O mesmo na educação, existe uma aparência que ninguém é responsável pelas escolas estaduais. É preciso dar uma oportunidade para o PT e para o Mercadante transformarem São Paulo com um governo forte, atuante e presente nas demandas sociais.

Como você analisa a Assembléia Legislativa hoje?
Breno Cortella: A Assembléia Legislativa é comandada pelo governo dos tucanos e no meu ponto de vista - como cheguei da dizer da Câmara de Araras na legislatura passada - é um "Poder Carimbativo" e não exerce a mínimo de representatividade popular. E aprovam a política privatista dos tucanos como é o caso dos pedágios. Em 1997, havia 40 praças – todas sob gestão estatal. Agora são 227 – e todas sob concessão privada. Significa que, em 13 anos, os governos do PSDB autorizaram a operação de 187 novos postos de cobrança. Só o Governo Serra autorizou, em três anos, o funcionamento de mais de 80 novas praças de pedágio. E quem paga é a população, esse pedágio abusivo, que sobretaxa o trabalhador. Em 2009, por exemplo, quem passou pelas rodovias pedagiadas do Estado bancou R$ 4,5 bilhões de tarifas — valor superior ao orçamento de alguns estados brasileiros. Privatizou o Banespa e agora vendeu a Nossa Caixa, que, numa saída encontrada foi incorporada pelo Banco do Brasil.

E o que falta na Assembléia de São Paulo?
Breno Cortella: Tansparência, representatividade e participação popular. Como deputado quero ajudar combater as tercerizações e pelo fortalecimento da Democracia do Estado. Defender a regulamentação da democracia direta (plebicito, referendo e iniciativa popular), a participação no controle social e o fortalecimento e a integração entre os mecanismos de democracia participativa com os conselhos. A população precisa participar, e saber das decisões tomadas pelo Governo. Precisamos ampliar a força do PT no parlamento paulista e quero cumprir esse papel.

Qual a importância da participação da juventude na política?
Breno Cortella: Eu comecei militância aos 16 anos no movimento estudantil. Tive logo cedo grande experiência de como é importante a juventude na política. Tenho podido travar vários debates, trazer novas idéias e propostas, com uma visão diferente de muitos que ainda querem fazer política à moda antiga. Mas muita gente tem acreditado em jovem na política. Isso me anima muito. E os jovens acabam também conseguindo repercutir suas demandas levantar essa bandeira e juntos discutir políticas públicas de juventude.

Com sua militancia no movimento estudantil, como você avalia a Educação de São Paulo?
O Estado de São Paulo apesar de ser o mais rico da federação, tem uma das piores qualidade de ensino do país. É possível usar uma expressão do professor Mário Sergio Cortella, um "pedagocídio". A qualidade do ensino nas escolas paulistas é o reflexo do descaso do poder público. A aprovação automática precisa acabar. É necessária a ampliação das vagas nas universidades estaduais e expansão dos campi. Também o aumento das escolas técnicas. São Paulo precisa investir em infraestrutura, formação continuada dos servidores e radical mudança no planejamento pedagógico. Para fazer educação tem que ter um olhar no futuro. Falta o básico da informática, e a tecnologia hoje é parceira pedagógica.

Como você vê esse salto de um mandato vereador para deputado estadual?
Breno Cortella: Como um grande desafio. E tenho aprendido e me formado em cada embate eleitoral.Tenho a convicção que minha candidatura está alicerçada em vários grupos de apoio que tenho em diversas regiões e que meu mandato é para ajudar o meu estado e meu país, com propostas de mudanças voltadas principalmente para a defesa da educação, juventude, segurança, diretos humanos e pela agricultura familiar sustentável. Sempre estive envolvido nos movimentos sociais, dos trabalhadores, pela luta da moradia digna e na defesa dos estudantes. Sempre fui coerente com os ideais do socialismo petista. O objetivo do meu mandato democrático-popular é travar debates e lutar contra qualquer tipo de discriminação. São por esses motivos, que é importante que a esquerda petista de São Paulo esteja de volta na Assembleia. E vamos juntos com Dilma, Mercadante, Marta e Netinho.★

ENTREVISTA

Quem é Breno Cortella 13613

Breno Cortella é uma revellação política do nosso Estado. Aos 16 anos, iniciou militância no movimento estudantil segundarista e aos 17 anos, foi o primeiro presidente da Câmara-Jovem de Araras.

Em 2003, atuou na defesa dos direitos dos estudantes pelo direito da meia entrada em um grande evento da cidade. Nas eleições de 2004, apoiado por movimentos sociais, estudantis, da juventude e por setores do município que buscavam mudanças no legislativo, candidatou-se a vereador. Sua campanha trouxe à tona a atuação democrática e popular dos mandatos petistas e a ideia de que a juventude pode ocupar os espaços institucionais e contribuir para a transformação da sociedade.

Com 19 anos, foi eleito vereador e reeleito em 2008 como o segundo vereador mais votado. Aos 25 anos, é advogado e atual líder da bancada do PT e vice presidente da Câmara. Breno tem pautado sua atuação legislativa em defesa dos direitos humanos, empenhando-se contra a discriminação racial, a favor dos direitos das mulheres, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos dos servidores públicos, em defesa do direito à moradia, em defesa à educação pública, na luta por benefícios para a terceira idade, em prol da juventude e pela cidadania LGBT. Como o mais jovem candidato a deputado estadual do PT, Breno quer renovação na Assembléia Legislativa e mudanças política de nosso Estado.

O jovem candidato têm propostas de renovação para as áreas de educação, meio ambiente, agricultura, saúde, cultura, esporte, direitos humanos e políticas antidiscriminatórias, desenvolvimento econômico e geração de emprego, habitação, segurança e participação popular.★

Fotos: Arquivo

Breno
Cortella 13613
DEPUTADO ESTADUAL

SINDICAL

CUT faz 27 anos

A coligação tucana pediu a cassação da candidatura de Dilma, num ato de desespero nessa reta final da campanha eleitoral. Esse episódio, que não será o único, demonstra do que é capaz a direita brasileira. Se o arco de alianças e a moderação programática de nossa campanha deram um tom mais ameno ao processo eleitoral até agora, diante da tentativa golpista, é necessário politizar muito mais a campanha, saindo da defensiva e partindo para o ataque.

Não temos dúvida do que está em jogo. A candidatura de Dilma representa a possibilidade de aprofundarmos as medidas iniciadas no Governo Lula. Nesse sentido, é preciso que o campo democrático e popular reforce suas bandeiras imediatas e históricas: redução da jornada sem redução de salários, reforma agrária e urbana, maiores investimentos em saúde e educação, distribuição de renda e riqueza, democratização dos espaços públicos de participação popular, entre outras.

À tentativa de golpe devemos responder com os aprofundamentos de medidas que melhorem as condições de vida e trabalho da população brasileira. É preciso dizer de forma explícita que a direita brasileira representa os interesses dominantes e não quer que a vida do povo brasileiro melhore.

Além disso, é preciso desmascarar a candidatura de Marina Silva, que se junta ao discurso golpista para atacar a candidatura do PT. Para além do caminho golpista, a direita brasileira disputará os rumos do futuro governo Dilma por outros meios, seja pautando temas conservadores através da imprensa como também por dentro, através de seus representantes aliados ao projeto em curso.

Por isso, é preciso fortalecer os interesses da classe trabalhadora. É isso que a CUT está fazendo: percorrendo todos os estados para apresentar e debater sua Plataforma Eleitoral. Mas, é preciso aumentar o tom e transformar o processo eleitoral numa mobilização social que aponte para a ampliação dos direitos da classe trabalhadora, de reformas estruturais e pavimente o caminho para a construção de uma nova sociedade. Foi com essa perspectiva que a CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983 e que, depois de 27 anos, continuamos na Luta.★

Expedito Solaney é da executiva da CUT

Novas eleições, velhas brigas

*Pere Petit**

A primeira pesquisa divulgada após o início da campanha na rádio e a TV, realizada pelo Ibope (instituto de pesquisa que sempre errou no Pará em favor dos candidatos da direita e contra os candidatos petistas) entre os dias 24 a 26 de agosto, mostrava Simão Jatene (PSDB) com 43% das intenções de voto e Ana Júlia Carepa (PT) com 33%, em terceiro lugar Domingo, Juvenil (PMDB) com 6%, Cléber Rabelo (PSTU) e Fernando Carneiro (PSOL) com 2% cada. Brancos, nulos e indecisos seriam 14% dos eleitores. O desenvolvimento da campanha eleitoral e, portanto, novas pesquisas de outros institutos "mais fiáveis" deverão indicar uma tendência a se chegar a um empate técnico entre os candidatos do PSDB e do PT no dia 03 de outubro.

A eleição para governador no Pará deverá ser decidida, portanto, no segundo turno entre a candidata à reeleição Ana Júlia e Jatene (PSDB), governador do Pará no período de 2003 a 2006. A principal dificuldade para a vitória de Ana Júlia continua sendo a necessidade de acelerar a queda dos elevados índices de rejeição eleitoral que hoje superam o 40% no conjunto do estado e se aproximam a 50% na área metropolitana de Belém, ainda que pouco ajude a essa meta a aliança eleitoral de Ana Júlia com o desacreditado prefeito de Belém, Duciomar Costa (PTB).

As principais armas da governadora Ana Júlia, cuja candidatura conseguiu aglutinar na Frente Popular Acelera Pará a quinze partidos, entre eles ao PTB, PCdoB, PSB, PP, PDT, PR e PV, é o maior tempo nos programas de radio e TV, a divisão no seio do PSDB entre os setores vinculados a Jatene e ao também ex-governador Almir (hoje sem partido e apoiando ao candidato ao governo estadual do PMBD), e, sobretudo, a popularidade do governo Lula e da candidatura da Dilma e o impacto na sociedade paraense dos investimentos sociais e econômicos realizados nos últimos anos pelo governo federal.

Entre os candidatos ao Senado os dados do Ibope mostravam a Jader Barbalho (PMDB) disparado na frente com 50% das intenções de voto, em segundo lugar Paulo Rocha (PT) com 28%, seguido por Flexa Ribeiro (PSDB) com 23%, Marinor Brito (PSOL) com 7% e Paulo Braga (PSTU) com 5%. É relevante informar que o registro da candidatura de Jader Barbalho foi denegado, no dia 01/09/2010, pela maioria dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao interpretar que a Lei da Ficha Limpa se aplica também a todos os deputados e senadores que renunciaram aos seus mandatos para evitar a cassação e a perda de seus direitos políticos. Recordemos que Jader, que estava sendo investigado pelo desvio de recursos Banpará e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), renunciou ao seu mandato de senador em 2001. Um ano depois foi eleito deputado federal. Após recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), Jader conseguiu manter a sua candidatura e, sem nenhuma dúvida, será eleito senador em outubro. Contudo o seu mandato estará condicionado à interpretação do STF sobre se a Lei da Ficha Limpa pode ser aplicada aos parlamentares que renunciaram aos seus mandatos antes da lei entrar em vigor. No mesmo dilema jurídico-político se encontra a candidatura de Paulo Rocha, que renunciou ao seu mandato de deputado em 2005, no "ano crítico do denominado mensalão", e que em 2006 foi reeleito, mais uma vez, deputado federal.★

*__Pere Petit__ é professor da UFPA

Candidatos que apoiamos

Os candidatos a deputado que a Articulação de Esquerda apóia no Pará são os professores Mário Cardoso (deputado federal) e Bira Rodrigues (deputado estadual).

Mário Cardoso - Deputado Federal 1350
Professor da UFPa e da UEPa. O professor Mário, que ajudou a fundar o PT no Pará e participou da fundação da CUT, foi presidente da Associação de Professores da UFPA. Eleito vereador por Belém em 1996, foi Secretário de Administração no primeiro mandato na Prefeitura de Belém de Edmilson Rodrigues (então no PT, hoje no PSOL). Mário Cardoso, eleito deputado estadual em 1998 e reeleito em 2002, foi candidato ao Senado em 2006, logrando cerca de novecentos mil votos. Foi o primeiro Secretário Estadual de Educação do governo Ana Júlia e em 2008 do candidato do PT a prefeito de Belém.

Bira Rodrigues - Deputado Estadual 13640
Bira Rodrigues, ex-vereador de Belém, é professor da Universidade do Estado do Pará (Uepa) e da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). O professor Bira começou a militância política no início dos anos 80 atuando no movimento estudantil. No mesmo período ajudou a fundar o PT. Sua história está relacionada também ao sindicalismo, tendo contribuído com a construção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp) e com o Sindicato dos Docentes da Uepa (Sinduepa). Bira Rodrigues foi diretor das secretarias municipais de saneamento e urbanismo na administração petista de capital do Pará e, em 2007, assumiu a coordenação da Área de Ensino da SEDUC-PA.

Mais informações no blog http://artesquerda.blogspot.com/

ARQUIVO MPA

PESCA E AQUICULTURA

Para continuar mudando

O Governo Lula inseriu a pesca e aqüicultura na agenda de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Valorizando um mundo rural esquecido com uma exploração desordenada para uma sólida política de estado sustentável. Como dizem os pescadores e pescadoras de todo o Brasil: ***"foi preciso chegar um metalúrgico na presidência da república para lembrar que existem pescadores nesse país".***

No governo Lula o modelo de desenvolvimento foi pautado na sustentabilidade ambiental, econômica e social permitiu a consolidação de políticas estruturantes. Tirou a pesca e a aqüicultura do esquecimento e invisibilidade, da ausência de políticas públicas, e, vem promovendo a inclusão social e de gênero, alfabetização, a distribuição de renda, o aumento da produção e do consumo de pescado, ampliou significativamente as infra-estruturas, a pesquisa, o acesso ao crédito, assistência técnica e extensão aquicolas e pesqueira, qualificação da mão de obra. Contribuiu para o fortalecimento da democracia e, estabeleceu na agenda internacional o debate sobre alimentação e o potencial de crescimento da produção de pescado do país.

Com a criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura em 2009, novas atribuições que estavam noutros órgãos foram unificadas, e, portanto, novos desafios estão postos para o Governo Dilma avançar em relação ao governo Lula. Podendo resumir nos seguintes pontos:

a. Gestão eficiente do uso dos recursos pesqueiros de forma participativa, com regulação dos esforços de pesca e recuperação dos estoques, e ações articuladas para o monitoramento, controle, fiscalização, gestão compartilhada participativa;

b. Constituição de Frota moderna com o objetivo de garantir a soberania nacional em águas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), reduzir os esforços de pesca nas áreas próximas à costa, onde os estoques estão esgotados, com construção, aquisição, substituição e modernização de embarcações brasileiras. Conversão de embarcações de pesca costeira para pesca de profundidade, bem como a própria desativação de embarcações de forma voluntária, fazendo com que os pescadores migrem para outra pescaria ou até mesmo outra atividade, garantindo, assim, a recuperação dos estoques pesqueiros.

c. Estabelecimento de uma política tributária para o setor com o objetivo de tornar a cadeira produtiva mais eficiente e competitiva com desoneração do setor produtivo.

d. Popularizar o consumo do pescado de forma a atender o mínimo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde – OMS,12 kg/pessoa/ano, com políticas estruturantes de comercialização e logística.

e. Formação de estoque regulador de modo a garantir o abastecimento da população a preços acessíveis e garantir preço ao produtor, com a implementação da Política de Garantia de Preço Mínimo -PGPM.

f. Sanidade Aquicola e Pesqueira Garantir a defesa sanitária dos organismos aquáticos no Brasil, o contole e erradicação de enfermidades de interesse nacional, o monitoramento de resíduos químicos e contaminantes, bem como a qualidade sanitária de produtos aquícolas destinados à exportação.

g. Ordenamento da pesca amadora, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da atividade e realizar o zoneamento da atividade em harmonia com a pesca profissional.

h. Promover políticas publicas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura de peixes ornamentais.

i. Consolidar o Plano Safra das Águas – com uma política de crédito especifica para o setor, articulada com à implantação do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Aquicola e Pesqueira e da Política Nacional de Associativismo e Cooperativismo.

j. Consolidar o marco regulatório da aquicultura social, com o objetivo de garantir o acesso e uso das águas públicas, com prioridade as comunidades tradicionais e atingidos pelos empreendimentos públicos e privados. Consolidar o modelo de desenvolvimento da aquicultura em assentamentos e propriedade rurais.

O Brasil tem condições reais de tornar-se o país do pescado. Nosso desafio é dar solidez a política da pesca e a aquicultura e colocar o Brasil entre os maiores produtores mundiais. Vencer esse desafio é um compromisso que deve ser assumido pelo governo, pescadores, aquicultores, organizações sociais, empresários e a academia. ★

Programa de governo 2011/2014

Fotos: Agência Brasil

A coordenação do plano de governo de Dilma Presidente definiu elaborar planos setoriais específicos que consideram estratégicos para desenvolver o País, dentre eles considerou o tema da pesca e aqüicultura como eixo temática de seu programa geral.

O presente programa é resultado de uma construção coletiva e participativa do setor. Foi estruturado em quatro partes,primeiro um balanço comparativo do governo FHC e Lula; segundo um balanço dos resultados das políticas publicas para esse setor no governo Lula e por ultimo os 13 pontos estratégicos para desenvolver o setor que busca aprofundar os programas iniciados no governo Lula que devem seguir mudando, novos desafios para o governo Dilma e metas para o desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura.

A Pesca e Aquicultura é um setor emergente na economia e o desenvolvimento rural sustentável do Brasil. Gera emprego, renda e alimentos para o País. As políticas públicas que estão sendo implementadas impulsionam o setor que contribui ao desenvolvimento econômico e social que o Brasil está construindo.

Com a disponibilidade hídrica, boas condições climáticas, diversidades de espécies e a disposição de trabalho dos nossos pescadores e aquicultores podemos nos transformar num grande produtor e industrializador de pescado. Um dos maiores do mundo.

Temos 10 milhões de hectares em áreas alagadas represadas passíveis de exploração pela aquicultura. O país possui 8,5 mil km de costa marítima e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 4,0 milhões de km2. Segundo estimativas das Nações Unidas[1], através da FAO, têm um potencial de produção de 20 milhões de toneladas, o que significaria uma geração de riqueza de US$ 160 bilhões em toda a cadeia produtiva. O número de pessoas ocupadas direta e indiretamente no setor poderá alcançar 10 milhões.

Todo esse potencial foi esquecido pelos governos anteriores.

No período FHC o setor estava esquecido, não havia política e nem recursos. A estrutura pesqueira foi sucateada, os pescadores artesanais se empobreceram, e pior, a pesca era feita de qualquer forma, desordenada, o que ameaçava acabar com os estoques de peixe no oceano e nos rios.

O Governo Lula começou a mudar esta história

O setor que antes era esquecido foi reconhecido e valorizado a partir de 2003. Foi criada uma política, com recursos, Ministério próprio e um marco regulatório da atividade.

No início do Governo foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) que em 2009 foi transformada em Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA). Foi formado um quadro de servidores próprio por meio de concurso público. Os recursos do orçamento do Governo Federal aumentaram a cada ano no período Lula. Em 2003 eram R$ 11 milhões, que passaram para mais de R$ 800 milhões em 2010. Foi aprovada a nova Lei da Pesca (Lei 11.959/09) que revisou o marco regulatório da atividade. Foi criada, ainda, a Embrapa Pesca e Aquicultura, 55 novos cursos técnicos em pesca e aquicultura para formação e qualificação de mão de obra, e o marco legal para utilização das águas da União para fins de aqüicultura.

No período FHC os pescadores tinham dificuldade de acesso ao seguro defeso – os pescadores recebem um salário mínimo durante o período em que a pesca está proibida para garantir a reprodução dos peixes.

Já no governo Lula foi universalizado o acesso ao seguro defeso, aumentando em 3 vezes o número de beneficiados. O processo foi desburocratizado e facilitado o tempo de comprovação da atividade para ter direito ao seguro defeso. Por isso que em 2002 foram beneficiados apenas 92 mil pescadores e em 2009 foram 437 mil.

Esses resultados foram possíveis porque o governo Lula realizou pela primeira vez, em 40 anos desde que iniciou o registro de pescadores, o recadastramento de todos os pescadores profissionais. O recadastramento também é importante porque retirou do Registro Geral da Pesca os falsos pescadores e suspendeu o registro de quem estava irregular.

O resultado desta política já está aparecendo

Foram incluídos mais de 1 milhão de famílias de pescadores artesanais e produtores familiares nas ações e políticas para a pesca e aqüicultura. A produção brasileira de pescado aumentou 25% nos últimos oito anos passando de 990.899 toneladas anuais para 1.240.813 toneladas no ano passado. Somente nos últimos dois anos, houve um crescimento de 15,7%, sendo que a aqüicultura apresentou o maior aumento, 43,8%, passando de 289.050 toneladas/ano para 415.649 toneladas/ano. A produção da pesca extrativa, tanto marítima quanto continental (rios, lagos, etc.) passou no mesmo período de 783.176 toneladas para 825.164 toneladas/ano.

A infraestrutura foi ampliada e modernizada, com investimentos de R$ 188,6 milhões na revitalização e construção de 20 Terminais Pesqueiros Públicos, para atender a pesca artesanal e industrial. Foi investido na construção de Centros Integrados da Pesca Artesanal, em Unidades de Beneficiamento de Pescado e em Fábricas de Gelo.

Foi criada a Embrapa Aqüicultura e Pesca e o Consórcio Nacional de Pesquisa para gerar novas tecnologias e modernizar o setor.

As ações de fomento impulsionaram a produção e a qualificação profissional. Milhares de pescadores foram capacitados e tiveram acompanhamento técnico.

Foram abertas e implantadas linhas de crédito específicas para a pesca e aqüicultura que beneficiaram mais de 374 mil pescadores com o montante de R$ 1,8 bilhões investidos de 2003 a 2009.

Pela primeira vez temos uma política estruturada para este setor. Fizemos muito, mas temos ainda muito por fazer.

Foi criado o marco legal para a cessão de águas da união para fins de aqüicultura que estava em discussão desde 1992. Por isso, foi possível a regulamentação do múltiplo uso dos recursos hídricos, a demarcação e instalação de parques aquícolas em águas da união continentais e marinhas. Mediante concorrência pública foram concedidos títulos de cessão de uso de 6.000 mil lotes para produção de peixes. Com esta iniciativa foram geradas novas oportunidades de emprego e renda. O processo de licenciamento ambiental para aqüicultura foi simplificado.

Para desenvolver o setor da pesca industrial e oceânica e dar mais competitividade foram implantados programas específicos, como Programa do Óleo Diesel Marítimo que equipara o preço do óleo diesel ao preço internacional para reduzir custos e garantir as mesmas condições de competitividade aos produtores nacionais.

E, o PROFROTA, voltado para o desenvolvimento sustentável da pesca, o Programa oferece recursos para investimento a taxas subvencionadas visando o financiamento para aquisição, construção, conversão, modernização, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras de médio e grande porte. Tem como principal objetivo o aumento da produção pesqueira nacional, a formação de uma frota oceânica atuante e competitiva, a melhoraria das condições de trabalho e segurança nas embarcações, aumento da produção e conseqüente oferta de pescado no mercado nacional ampliando a qualidade e competitividade dos produtos da captura, ocupação estratégica da Zona Econômica Exclusiva brasileira e águas internacionais, e consolidar a frota pesqueira oceânica nacional.

Com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais e sociais e ampliar a participação social foram implantados 60 territórios de pesca e aqüicultura, onde vivem 53% dos pescadores artesanais. Foi criado o Plano sustentável para Amazônia desenvolver a Aquicultura e Pesca com o objetivo de estimular a produção de peixes em cativeiro e ordenar a pesca de forma a equilibrar a captura das espécies nativas. Com isso reduz a pressão sobre a floresta causada pela exploração da soja e pela pecuária extensiva, substituindo a matriz de desenvolvimento agropecuário da região. Todas estas ações se deram com participação democrática e controle social. Foram realizadas 3 Conferências Nacionais e em todos os estados com a mobilização de mais de 30 mil pessoas, estruturado o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE e instalados 51 Colegiados Territoriais da Pesca e Aquicultura.

O Brasil passou a ter uma participação ativa nas discussões internacionais que tratam da pesca e aquicultura, especialmente na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO, e na Comissão de Gestão da Pesca de Atuns e Afins para o Atlântico Sul – ICAAT, que pela primeira vez tem o Brasil na presidência, já por duas gestões. Atuamos, ainda, na Organização Mundial do Comércio, OMC, defendendo os nossos interesses e o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento nas políticas de subsídios a pesca. O Brasil propôs a criação, e atualmente preside o Conselho de Ministros da Rede de Aqüiculturas das Américas, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da aqüicultura na região.

Pela primeira vez temos uma política estruturada para este setor. Fizemos muito, mas temos ainda muito por fazer.

Queremos fortalecer o setor da pesca e da aqüicultura. Queremos aumentar a oferta de alimentos saudáveis para o País que cresce e aumenta sua capacidade de consumo. Queremos gerar mais empregos e mais renda. E queremos colocar o Brasil entre os maiores produtores mundiais de pescado.

13 COMPROMISSOS PARA PESCA E AQUICULTURA

1 - Consolidar a política de Estado para Pesca e Aquicultura

Aprofundar as políticas públicas para o setor, fortalecer a estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura e aprimorar o marco regulatório da atividade.

2 - Aumentar a produção e oferta de pescado

Aumentar em 50% a produção de pescado até 2014, passando dos atuais 1,24 para 1,86 milhões de toneladas por ano;
Melhorar o aproveitamento dos recursos pesqueiros da Zona Econômica Exclusiva – faixa do mar que pertence ao Brasil;
Incentivar a exploração de novas espécies;
Ampliar a aqüicultura nas águas da união para criação de camarões, ostras, vieiras, mexilhões, algas, piscicultura marinha e continental,
Ampliar o apoio a aquicultura familiar por meio do licenciamento ambiental simplificado e da implantação de 20 mil módulos de produção de pescado em estabelecimentos rurais.

3 – Integrar as políticas de Pesca e Aquicultura entre a União, Estados, Municípios

Trabalhar pela integração e articulação das políticas entre os entes federados, com a participação do setor produtivo;
Estimular os governos estaduais e municipais a criarem espaços institucionais específicos para a pesca e aquicultura.

4 - Ordenar e ampliar o uso sustentável dos recursos pesqueiros e aqüícolas

Consolidar a política de ordenamento dos recursos pesqueiros que qualifica e define as formas como pode ser realizada a pesca, determina o período, e os locais onde a atividade pode ser exercida;
Ampliar a pesquisa e a utilização de tecnologias de recuperação dos estoques pesqueiros e pesquisar novos recursos da pesca que possam ser explorados de forma sustentável;
Definir zonas prioritárias para a pesca artesanal na Zona Econômica Exclusiva;
Desenvolver a aqüicultura em águas da união: Em reservatórios de hidrelétricas e costa marítima, democratizando o acesso e uso das águas brasileiras com foco na a inclusão social;
Ordenar e promover políticas públicas para a pesca amadora incentivando o desenvolvimento regional e o turismo sustentável;
Ordenar e promover políticas publicas para a pesca e aqüicultura ornamental.

5 - Articular e integrar a política de Pesca e Aquicultura às políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Incentivar o consumo de pescado e trabalhar para reduzir a cadeia de intermediação entre os produtores e consumidores;
Popularizar o consumo do pescado buscando alcançar à recomendação de consumo da Organização Mundial da Saúde, OMS, de 12kg/hab/ano;
Fortalecer o mercado interno, aumentar a participação do pescado no mercado institucional por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimento - PAA;
Formar estoques reguladores para garantir o abastecimento e inserir o pescado na Política de Garantia de Preço Mínimo, PGPM;
Garantir a qualidade sanitária dos produtos, controlar e erradicar as enfermidades, monitorar os resíduos químicos e contaminantes e garantir a defesa sanitária animal (peixes e outros organismos aquaticos).

6 - Desenvolver, modernizar e integrar as cadeias produtivas do pescado.

Ampliar a frota e as condições de trabalho, fortalecendo o Profrota, dedicado à qualificação da pesca industrial e oceânica e, especialmente do Revitalize que é dedicado especificamente à renovação da frota dos pescadores artesanais;
Integrar os terminais pesqueiros públicos e as outras infraestruturas numa rede logística integrada entre elas e, com um modelo de gestão unificado, possibilitando agregação de valor, qualidade sanitária e diminuição da intermediação na cadeia produtiva.
Melhorar a rede integrada de infraestrutura por meio do funcionamento e gestão dos 20 Terminais pesqueiros em construção; instalação de 20 Centros Integrados da Pesca Artesanal; conclusão de 35 Unidades de Beneficiamento; finalizar a instalação das 160 fábricas de gelo em andamento; adquirir mais 140 fábricas de gelo e modernizar 30 mercados municipais e feiras de pescado;
Renovar 10 mil embarcações da frota nacional pesqueira artesanal de até 20 AB (arqueação bruta).

7 - Expandir a pesquisa, a qualificação da mão de obra e o aprimoramento tecnológico.

Ampliar as redes de pesquisa aplicada e a atuação da Embrapa Pesca e Aquicultura;
Constituir uma política de cooperação internacional, com transferência e nacionalização de tecnologias;
Aprimorar os bancos de dados e informações para subsidiar a gestão dos recursos pesqueiros e aquicolas;
Investir na qualificação de mão de obra por meio da alfabetização, cursos técnicos e profissionalizantes, beneficiando 120 mil pescadores.
Política para ao idoso valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e
Política para o pescador idoso, na formação da memória cultural, transferência de habilidades como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; na saúde, lazer e, no acesso aos direitos.

8 – Ampliar a Inclusão social e econômica dos pescadores e pescadoras artesanais por meio de políticas específicas.

Implementar políticas específicas de melhoria de renda, garantia de direitos territoriais e culturais, de saúde, de educação, habitação e saneamento básico dos pescadores e pescadoras;
Garantir acesso aos serviços de cidadania, seguridade social, documentação, alfabetização com formação profissional, inclusão digital e lazer.

9 – Ampliar a assistência técnica extensão pesqueira e aquicola, ampliar o crédito e qualificar a gestão dos empreendimentos.

Consolidar o Plano Safra das Águas com políticas e ações específicas, articulando crédito, assistência técnica e extensão, e associativismo e cooperativismo;
Aprimorar as linhas de crédito disponíveis, com definição do público específico. Ampliar os recursos disponíveis e simplificar o acesso;
Buscar a universalização da assistência técnica e extensão pesqueira e aquicola, de forma gratuita, de qualidade e de fácil acesso para as comunidades locais;
Fomentar a autogestão de empreendimentos por meio de mecanismos de apoio ao associativismo e cooperativismo, com o uso de ferramentas da economia popular e solidária.

10 - Consolidar a política territorial e desenvolvimento regional.

Ter a política de desenvolvimento territorial como eixo estratégico de definição de investimentos, universalização das políticas públicas, da participação e controle social e ampliar a organicidade dos atores produtivos e sociais, considerando as potencialidades, vocações e características socioculturais dos territórios.
Consolidar os 51 territórios de aquicultura e pesca e implantar mais 123, e avançar na integração com a política dos territórios da cidadania. Consolidar em parceria com os governos estaduais, municipais o Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca.

11 - Fortalecer a participação democrática nas políticas de Pesca e Aquicultura

Assegurar a participação e controle social nos processos de gestão dos espaços e recursos hídricos e pesqueiros;
Incentivar e apoiar a organização dos pescadores e sua participação nas políticas públicas;
Fortalecer o Conselho Nacional de Pesca, CONAPE, e realizar conferências nacionais e encontros setoriais (mulheres e juventude).

12 - Intensificar a política internacional e a integração regional.

Defender os interesses do setor pesqueiro e aquícola do Brasil nos principais fóruns internacionais relacionados ao tema;
Fortalecer a cooperação técnica e científica internacional especialmente com países da América Latina e Caribe, buscando e compartilhando novos conhecimentos que fortaleçam o setor.

13 - Ampliar a participação das mulheres pescadoras e aquicultoras nas políticas públicas.

Constituir ações específicas e políticas públicas de pesca e aqüicultura com o objetivo de criar autonomia econômica e financeira das pescadoras e aquicultoras;
Promover a igualdade de gênero nas relações de trabalho e renda e a inclusão das pescadoras e aquicultoras nos programas específicos de desenvolvimento da pesca e aqüicultura;
Implementar políticas de ações afirmativas que promovam as pescadoras e aquicultoras como sujeitos sociais e políticos. ★

Imatura, mas não jovem

*Eduardo Loureiro e Mara Emília**

Goiás historicamente divide-se em dois grandes blocos conservadores, desde a histórica rivalidade entre Bulhões e Caiado. No máximo, alteram-se os blocos protagonistas. De 1982 a 1998, a hegemonia era peemedebista; de lá para cá, foi da aliança entre dissidentes do PMDB e conservadores originários na ditadura militar.

Em 2010, estes blocos estão divididos em três candidaturas: a do PMDB, com Iris Rezende Machado, a do PSDB-DEM, com Marconi Perillo e a da dissidência da antiga base de apoio marconista e atual situação, com Vanderlan Cardoso (PR).

Ao olhar a trajetória política eleitoral do Estado percebemos que há uma dificuldade da esquerda em se organizar e se portar no campo eleitoral, transformando-se em eleitorado coadjuvante e determinante, mas nunca em protagonista.

Em 1982, PCdoB e PCB encontravam-se vinculados ao PMDB, uma vez que eram ilegais; PT e PDT disputaram as eleições separadamente, ficando respectivamente em 3º e 4º lugares.Na eleição seguinte, PCdoB e PCB legalizados continuaram optando por apoiar o PMDB; PT-PSB-PDT se coligaram em torno de Darci Accorsi (PT), candidato derrotado por fraude nas eleições para prefeito de Goiânia no ano anterior. Ficou em terceiro lugar. O PT elegeu uma bancada de dois deputados estaduais e nenhum federal.

Em 1990, o PDT lançou o dissidente peemedebista Iran Saraiva e foi apoiado pelo PCdoB. O PT lançou Valdi Camárcio ao governo. Ficou em 4º lugar, atrás dos candidatos das elites e de Iran Saraiva. O PT elegeu, novamente, dois estaduais e nenhum federal.

Em 1994, lançou o anapolino Luiz Antônio. Contudo, as elites saíram com três candidatos, e novamente o partido ficou em 4º lugar. Nesta eleição, pela primeira vez, houve segundo turno. O PT optou pela neutralidade entre Lúcia Vânia (PP) e Maguito Vilela (PMDB). O PT elegeu um deputado federal – Pedro Wilson - e elegeu três estaduais.

Em 1998, o PT apoiou um candidato no segundo turno, o que foi decisivo para que Marconi Perillo (PSDB) derrotasse Iris Rezende (PMDB). O PT reelegeu Pedro Wilson e elegeu um deputado estadual.

Em 2002, o PT lançou Marina Sant'anna à governadora. Marina é a candidata mais bem votada da esquerda goiana ao governo do estado, com 15% dos votos. Marconi Perillo venceu em primeiro turno. O segundo colocado foi Maguito Vilela, do PMDB. O PT elegeu dois deputados federais e quatro estaduais, sendo um deles identificado com os movimentos sindicais e do campo (Mauro Rubem).

Em 2006, o PT lançou o candidato a vice na chapa de Barbosa Neto (PSB), mais um dissidente do antigo PMDB, ficando este em terceiro lugar. O segundo turno foi disputado entre Alcides Rodrigues (PP) e Maguito Vilela (PMDB). O PT apoiou o candidato do PMDB. O PT manteve a bancada federal, mas reduziu a bancada estadual em um deputado. Mauro Rubem é reeleito.

Apesar de algumas movimentações para lançar o deputado federal Rubens Otoni como candidato ao governo do estado, estas não conseguiram arregimentar a força necessária para que fosse possível o PT lançar uma verdadeira alternativa à disputa entre os candidatos do capital. Desta forma, o partido optou por tomar um dos lados, repetindo a aliança PT-PMDB do plano nacional.

Goiás precisa urgentemente de uma real alternativa de esquerda para acabar com a briga de poder entre os candidatos do capital. Ao invés de postar-se como um coadjuvante nesta briga, o PT deveria colocar-se como alternativo a esta falsa polarização. Partindo deste princípio, a AE-GO decidiu:

- Apoiar a candidatura de Pedro Wilson ao senado. Entendemos que se trata da candidatura majoritária do PT e por isso é ela quem vai demonstrar nossa força individualmente, para além da disputa partidária a disputa no senador acontece principalmente contra Demóstenes Torres, que atua no senado contra todas as posturas progressistas e políticas de defesa dos direitos humanos.
- Eleger a maior bancada de deputados federais do PT possível. Escolhemos apoiar a candidata Marina Sant'anna, por sua proximidade com os movimentos sociais de cultura, juventude, cidadania e direitos humanos.
- Eleger a maior bancada de deputados estaduais do PT possível, mantendo o único mandato realmente vinculado aos movimentos sociais da Assembléia Legislativa, que é o mandato do deputado Mauro Rubem – que é o nosso candidato.

Ao atingirmos estas três metas, poderemos nos preparar para os dias que virão de forma a construir uma alternativa de esquerda viável para o estado de Goiás. ★

***Eduardo Nunes Loureiro e Mara Emília** são militantes do PT de Goiânia.

Bernardo de Sena Fonseca

Bernardino (Bernardo) de Sena Fonseca, 44 anos, natural de Lavras da Mangabeira (Ceará), casado, pai de três filhos, é Oficial de Justiça, lotado em Parnamirim. Ingressou no Judiciário potiguar há 14 anos. Foi Diretor de Comunicação do Sisjern, na Gestão Novo Rumo (2007/2010) e atualmente é coordenador-geral deste sindicato. É Agrônomo, formado pela UFC. Foi professor de ensino médio em Fortaleza. Militou no Movimento Estudantil e nas Comunidades Eclesiais de Base. É poeta e músico. Bernardo é militante do PT desde 1982. Foi candidato a vereador no município de Parnamirim no ano de 2008.

Bernardo é candidato a deputado estadual, apoiado por quem defende que o PT do Rio Grande do Norte não deve andar a reboque de outros partidos. Pois embora o PT venha crescendo no Brasil e no Nordeste, no Rio Grande do Norte o partido vem se afastando dos movimentos sociais e populares, se aproximando de partidos conservadores nas alianças eleitorais, colhendo sucessivos fracassos nas disputas majoritárias. ★

O desafio de ser único

É preciso garantir investimento e custeio permanentes

Carlos Octávio Ocké-Reis e *Ricardo Menezes*

Considerando as restrições fiscais do governo é possível fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)? Esse projeto pode ser garantido, paulatinamente, por meio de um pacto federativo com apoio das instituições do Ministério da Saúde (MS) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Visando atender as necessidades de saúde da população, essa política é redistributiva e estimula um setor intensivo em mão-de-obra. Bem calibrada com o crescimento da economia, ela não desestabilizaria o orçamento público e, em certas condições, contribuiria até para a redução da inflação setorial.

Em 1988, os sanitaristas apostaram na universalização para todos, na redução do mercado de planos e seguros de saúde e na melhoria das condições de atenção médica em todos os níveis. Vinte anos depois, o SUS colecionou experiências exitosas na erradicação de doenças, na redução da taxa de mortalidade infantil, na ampliação da assistência médico-hospitalar, na expansão do programa de saúde da família e das unidades de pronto atendimento 24 horas, tornando-se referência mundial no tratamento da Aids.

No entanto, o financiamento público continua baixo, o mercado de serviços de saúde cresceu e a estratificação de clientela não foi superada. Esse cenário se explica, em parte, porque o Estado não priorizou a aplicação de recursos para cobrir a atenção médica do pólo dinâmico do mercado de trabalho (o gasto público em saúde responde tão somente por 45% do total). E, vale dizer, parece razoável afirmar que, em boa medida, os entraves administrativos do SUS decorrem desse gargalo no financiamento nas principais regiões metropolitanas.

Ou seja, a ampliação do investimento público na saúde é inadiável.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou no começo de 2010 dados de gastos com saúde dos países membros relativos a 2007.

É fato que os dados referentes ao Brasil, de uma perspectiva histórica, refletem os traços característicos do desenvolvimento nacional conduzido pelas tradicionais – e conservadoras – elites econômicas e políticas do país: o reconhecimento do direito à Saúde entre nós se deu recentemente e o país cresceu economicamente mantendo pífia distribuição de renda, profunda desigualdade social e arraigado autoritarismo na condução dos assuntos públicos.

Apesar disso, se compararmos os dados nacionais com os de outros países (ver Tabela 1), inclusive países menos prósperos do que o nosso, chegaremos à conclusão que, hoje, é preciso e possível mudar!

Tabela 1 – Gastos com saúde em países selecionados em 2007.

País Membro	Proporção de gastos com Saúde			
	Total de gastos % do PIB	Gasto público: % do total de gastos com Saúde	Gasto privado: % do total de gastos com Saúde	Total de gasto público com Saúde: % do total de gastos públicos
Argentina	10.0	50.8	49.2	13.9
Bolívia	5.0	69.2	30.8	9.9
Brasil	8.4	41.6	58.4	5.4
Chile	6.2	58.7	41.3	17.9
Colômbia	6.1	84.2	15.8	18.8
Costa Rica	8.1	72.9	27.1	25.8
Cuba	10.4	95.5	4.5	14.5
R. Dominicana	5.4	35.9	64.1	9.2
Equador	5.8	39.1	60.9	7.4
El Salvador	6.2	58.9	41.1	14.3
Granada	7.1	51.1	48.9	8.2
Guatemala	7.3	29.3	70.7	14.1
Guiana	8.2	87.7	12.3	14.8
Haiti	5.3	23.3	76.7	9.2
Honduras	6.2	65.7	34.3	19.0
Jamaica	4.7	50.3	49.7	5.2
México	5.9	45.4	54.6	15.5
Nicarágua	8.3	54.9	45.1	16.3
Panamá	6.7	64.6	35.4	11.6
Paraguai	5.7	42.4	57.6	11.9
Peru	4.3	58.4	41.6	15.6
Suriname	7.6	47.4	52.6	13.3
Uruguai	8.0	74.0	26.0	17.3
Venezuela	5.8	46.5	53.5	7.1
Alemanha	10.4	76.9	23.1	18.2
Dinamarca	9.8	84.5	15.5	16.2
Espanha	8.5	71.8	28.2	15.6
França	11.0	79.0	21.0	16.6
Hungria	7.4	70.6	29.4	10.5
Itália	8.7	76.5	23.5	13.9
Portugal	10.0	70.6	29.4	15.4
Reino Unido	8.4	81.7	18.3	15.6
R. Tcheca	6.8	85.2	14.8	13.5
Rússia	5.4	64.2	35.8	10.2
Suécia	9.1	81.7	18.3	14.1
China	4.3	44.7	55.3	9.9
Japão	8.0	81.3	18.7	17.9
Canadá	10.1	70.0	30.0	18.1
EUA	15.7	45.5	54.5	19.5

Fonte: World Health Organization (WHO). World Health Statistics – Part II, Global Health Indicators, 2010.

Para reverter esse quadro, deve-se incrementar o financiamento do SUS, aprovando a regulamentação da Emenda Constitucional (EC) nº 29/2000, que dispôs sobre o financiamento da saúde.

Do que mesmo estamos tratando ao enfatizar a necessidade de regulamentação da EC nº 29/2000?

Em primeiro lugar, estamos apontando para a definição do que sejam ações e serviços públicos de saúde, a fim de coibir de uma vez por todas que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios descumpram a norma constitucional ou seus governantes sintam tentados em fazê-lo. Explicamos: a norma constitucional define os seguintes critérios para a alocação dos recursos orçamentários anuais na saúde: a) União: o investido no ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto; b) estados: 12% e c) municípios: 15%. Dada à ausência de aprovação de projeto de lei complementar (PLC), que con-

tenha definição clara sobre o que se enquadra como ações e serviços públicos de saúde, diversos estados, e certa parcela de municipalidades, passaram a considerar despesas com saúde o pagamento de funcionários inativos, saneamento básico, habitação urbana, recursos hídricos, merenda escolar, programas de alimentação e hospitais de clientela fechada, entre outros. Já a União tentou lançar mão dos insuficientes recursos da saúde para financiar o importante programa de transferência de renda, Fome Zero, porém, na ocasião, o presidente Lula determinou que o ministro da Fazenda refizesse a peça orçamentária.

Em segundo lugar, estamos apontando para o estabelecimento de normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com ações e serviços públicos de saúde nas três esferas de governo.

Em terceiro lugar, estamos apontando para a manutenção dos percentuais obrigatórios de alocação de recursos orçamentários anuais na saúde para municípios (15%) e estados (12%), bem como na mudança do critério de alocação, no caso da União, que passaria a basear-se também no percentual das receitas correntes brutas (10%) a ser adotado progressivamente, a partir de 2011.

À nobreza e singularidade do campo da saúde é inerente a exigência de garantias de investimento e custeio permanentes porque se trata de um bem social ou, em outra dimensão, um direito social cuja razão de ser é a defesa da vida de todas as pessoas.

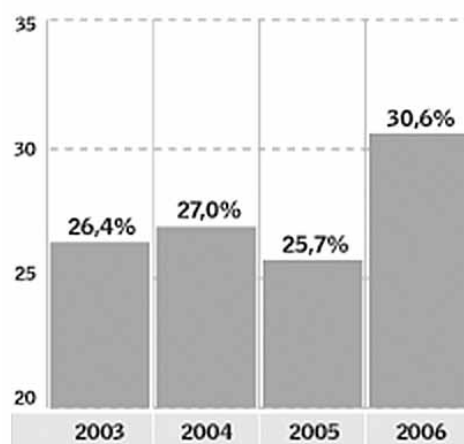
Destacamos que as Diretrizes de Programa de Governo do PT para as eleições de 2010, aprovadas pelo IV Congresso do Partido, contém menção à regulamentação do financiamento da saúde e a candidata a presidenta da República pela coligação *Para o Brasil Seguir Mudando*, Dilma Rousseff, vem defendendo tal regulamentação.

Por outro lado, é imperioso diminuir a desigualdade de acesso; melhorar a gestão e qualidade dos serviços; enraizar as ações de atenção básica; planejar a relação público/privado ampliando ações regulatórias (vide a inefetividade do ressarcimento ao SUS das despesas com o atendimento de usuários de planos e seguros de saúde), regulando a eficácia da incorporação de tecnologia e refreando a duplicação da oferta.

Além do mais, para quem analisa as políticas de saúde no cenário internacional não é novidade refletir sobre novos modos de intermediação do financiamento de serviços privados de saúde, tampouco apontar o caráter inequitativo da renúncia de arrecadação fiscal.

É legítimo propor que o Estado, considerando seu poder de compra (economia de escala), atue como braço de apoio da agência reguladora para relativizar o poder dos oligopólios, para sancionar a concorrência regulada e para reduzir os preços (mantida a cobertura e a qualidade). Foi essa idéia-força, inclusive, que orientou a proposta do "Plan Public Option" da reforma de Obama na área da saúde, que previa a ampliação da intervenção governamental para resolver a ineficiência do setor privado.

Estima-se que o governo brasileiro deixou de arrecadar quase 1/3 do gasto público federal aplicado no setor saúde em 2006 (ver Tabela 2). Trata-se de um gasto tributário destinado aos estratos intermediários e superiores de renda (IRPF), aos empregadores (IRPJ), à indústria farmacêutica e aos hospitais filantrópicos.

Tabela 2 – Arrecadação em saúde: renúncia fiscal e gastos equivalentes do Ministério da Saúde de 2003 a 2006.

Em particular, dado o faturamento dos planos e seguros privados de saúde, que alcançou R$ 65 bilhões em 2009, eles deveriam caminhar em direção à autossuficiência. Afinal, nos últimos 40 anos, esse mercado se expandiu contando com um subsídio à demanda – que concentra renda e subtrai recursos do setor público. Hoje, por exemplo, eles fazem falta para aumentar os salários dos profissionais de saúde, reduzir o tamanho das filas do SUS e garantir a qualidade tão reivindicada pelas camadas médias.

A solução não é trivial: ou se continua mantendo a forma privada de atividades socialmente importantes, aplicando mecanismos de subvenção estatal, ou se investe pesadamente no SUS, caso se queira fustigar esse modelo de proteção liberal estranho ao universalismo constitucional.

Uma vez americanizado o sistema, mais exacerbada será sua segmentação, privatização e terceirização. Seria um erro, portanto, privilegiar uma visão fiscalista, em que o fomento ao mercado de planos e seguros de saúde aparece como solução pragmática para desonerar as contas públicas.

Temos condições, entretanto, de consolidar o orçamento da seguridade social, para alargar o direito de atenção à saúde e para dotar o SUS da característica de único, como nos ensinam, de certa maneira, os países europeus e o próprio Canadá?

Além das medidas acima preconizadas, de um lado, é necessário persuadir as centrais sindicais, os funcionários públicos e os trabalhadores urbanos quanto à necessidade de transitar do modelo americano (seguro privado) para aqueles consagrados pelo Estado de bem-estar (seguro social e seguridade). De outro, é importante inibir o empresariamento médico, que transgride a ética da medicina ou se utiliza indevidamente do SUS. E, finalmente, é preciso avançar na redução da miséria, da desigualdade, dos baixos níveis educacionais e da violência social, pois, cotidianamente, pressionam e desafiam o sistema.

A eleição presidencial é um momento oportuno para debater esse e outros assuntos cruciais para o movimento pela democratização da saúde. Não é à toa que será realizada em dezembro a I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social em Brasília. ★

Carlos Octávio Ocké-Reis** é economista e Coordenador do Núcleo do PT do Largo do Machado, Rio de Janeiro.*Ricardo Menezes** é médico sanitarista e militante do PT São Paulo.

Ficha limpa e moral burguesa

*Marcos Rogério de Souza**

A ética na política não é valor burguês. A direita tenta despolitizar a política, tratando a corrupção como uma tentação da natureza humana. Para os setores de esquerda, a corrupção significa uma apropriação privada de bens públicos, privatização do Estado, porque desvia recursos que deveriam ser canalizados para afirmar direitos do conjunto da população para vantagens pessoais.

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 4/6/2010) está causando um verdadeiro reboliço nas eleições de 2010, com a impugnação de centenas de candidaturas. Fruto de iniciativa popular que mobilizou mais de 1,6 milhão de brasileiros e aprovada por ampla maioria dos deputados e senadores, a Lei tem sido questionada quanto a sua constitucionalidade, questão que será resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

São quatro principais argumentos utilizados para atacar a Lei da Ficha Limpa: i] a suposta violação ao princípio da anterioridade da lei eleitoral; ii] a eventual afronta ao dispositivo constitucional que proíbe a retroatividade da lei penal para prejudicar o réu; iii] o suposto viés udenista, que reproduziria um certa "moral burguesa" ao expungir da política os "corruptos", retirando do eleitor essa prerrogativa; e iv] a alegada violação a princípio da presunção de inocência.

O grande objetivo da Lei da Ficha Limpa é incluir hipóteses de inelegibilidade que visam proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato, especialmente porque impede o registro de candidaturas de pessoas que tiveram condenações criminais ou civis por órgãos colegiados, em virtude dos ilícitos mencionados na lei, ou que renunciaram ao mandato para se livrar de cassação. Ela não muda o processo eleitoral. Apenas estabelece mais uma **condição** para o registro de candidatura. O momento de aferição das causas de inelegibilidade é o da "formalização do pedido de registro da candidatura". Por esse motivo, não se pode falar em violação ao princípio da anterioridade da lei eleitoral. Além disso, como acaba de decidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apesar de publicada apenas em 4/6/2010, a nova lei não implica em rompimento da igualdade de participação dos partidos políticos e dos respectivos candidatos no processo eleitoral.

A alteração trazida por ela é fruto de ampla mobilização social, liderada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, cujo comitê nacional é formado por 46 entidades. A constitucionalidade da lei é alicerçada pelo que expressamente estatui o § 9° do art. 14 da Constituição Federal: "Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada a vida pregressa do candidato (...)". Em outras palavras, a Lei da Ficha Limpa, ao elencar outros casos de notória gravidade, nada mais faz do que regulamentar o disposto na Carta da República.

A Constituição estabelece que "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". Como a Ficha Limpa tem natureza eleitoral, e não penal, a alegada violação a esse dispositivo também não se sustenta. As novas disposições legais atingirão igualmente todos aqueles que, "no momento da formalização do pedido de registro da candidatura", incidirem em alguma causa de inelegibilidade, não podendo cogitar o direito adquirido às causas de inelegibilidade anteriormente previstas.

O argumento, de índole política, sustenta que a lei impede que os eleitores façam o filtro de quem deve permanecer na vida pública. Esse suposto udenismo estaria vinculado à "moral burguesa", que, de acordo com os críticos, seria o substrato ideológico da lei. Em primeiro lugar, a ética na política não é valor burguês. Como bem lembrou Emir Sader ("Corrupção, Esquerda e Direita"), a direita tenta despolitizar a política, tratando a corrupção como uma tentação da natureza humana. Para os setores de esquerda, a corrupção significa uma apropriação privada de bens públicos, privatização do Estado, porque desvia recursos que deveriam ser canalizados para afirmar direitos do conjunto da população para vantagens pessoais. Para a esquerda, a improbidade administrativa é muito mais do que simplesmente um crime pessoal. É um crime político. Daí porque não se pode falar em esquerda, sem que haja compromisso com a ética e com a moralidade no trato da coisa pública.

O argumento da tutela ao eleitor é outra falácia. O regime democrático pressupõe regras para participação nas eleições. Assim como é condição de elegibilidade para prefeito, governador e presidente da República não ter sido titular do respectivo cargo por dois mandatos consecutivos, impedir o registro de candidaturas de pessoas com condenações por órgãos colegiados, antes do trânsito em julgado da sentença, e daqueles que renunciaram ao mandato para se livrar de cassações, constitui-se em **decisão política**, tomada por quem de direito.

É possível que candidatos barrados com base na lei da Ficha Limpa sejam isentados de responsabilidade ao final do processo, o que não significa violação à presunção de inocência. Esse princípio, de assento constitucional, diz que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Ora, inelegibilidade não é pena, mas medida preventiva. A sociedade tem o direito de definir em norma o perfil esperado dos seus candidatos. Os cônjuges e parentes de mandatários em algumas circunstâncias não podem disputar eleição. Foi o que ocorreu com Marcos Cláudio Lula da Silva, impedido de disputar uma vaga à Câmara Municipal de São Bernardo do Campo/SP. A simples **condição** de ter como genitor o Presidente Lula o impediu de registrar sua candidatura a vereador. Esses impedimentos ocorrem não porque essas pessoas tenham a ficha suja ou sejam culpadas, mas porque se quer impedir que se valham dessa condição para obter vantagens eleitorais que desequilibrem o pleito. Ao impedir o registro da candidatura, o juiz eleitoral não estará fazendo prejulgamentos. Apenas aplicará um requisito objetivo instituído pelo legislador. Ademais, a própria Lei da Ficha Limpa prevê que o Tribunal ao qual couber a apreciação do recurso contra as decisões colegiadas que serviu de base para barrar a candidatura poderá suspender a inelegibilidade sempre que existir plausibilidade.

Ao ampliar o rol de inelegibilidades a Lei da Ficha Limpa dá grande contribuição para melhorar o perfil dos candidatos a cargos eletivos do país. Expungir da vida pública pessoas como Maluf, Jader Barbalho e Joaquim Roriz fará um bem enorme à democracia. Apesar de necessária, a ficha limpa não é condição suficiente. Precisamos aprovar urgentemente a reforma política, com a instituição do financiamento público e do voto em lista. ★

***Marcos Rogério de Souza** é advogado, professor de direito constitucional e assessor jurídico no Senado Federal.

CANDIDAT@S QUE APOIAMOS

Nome:	UF:	Candidat@ ao Cargo de:	No.	Apresentação
Taffarel	RJ	**Deputado Federal**	1399	Taffarel é vereador em Mesquita pelo PT e presidente da Câmara Municipal. Iniciou sua militância política muito cedo, em movimentos comunitários, na pastoral da juventude e no movimento estudantil. Reúne juventude e experiência legislativa, credenciais para uma renovação no Congresso Nacional e ajudar a continuar melhorando o Brasil com Dilma presidenta e Lindberg senador.
Marcon	RS	**Deputado Federal**	1355	Marcon é pequeno agricultor assentado, é a voz ativa na denúncia contra o latifúndio e no apoio incondicional das causas populares, nas lutas dos trabalhadores do campo e da cidade e na defesa das categorias que lutam por seus direitos. Junto ao governo Lula, atua na organização dos trabalhadores, ajudando a fortalecer os grandes programas sociais do governo federal. No Congresso, sua luta continuará ao lado de Dilma Presidenta.
Fernando Nascimento	PE	**Deputado Federal**	1344	Fernando Nascimento é formado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, dedicou sua vida social à consolidação da luta dos trabalhadores, assim, dirigiu o Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, colaborou com a luta dos professores e professoras estaduais de ensino, e tornou-se membro do Sindicato dos Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação de Pernambuco.
Iran Barbosa	SE	**Deputado Federal**	1390	Iran Barbosa sempre lutou e esteve ao lado dos trabalhadores e do povo. É considerado o Deputado dos professores e da cultura; dos trabalhadores da cidade e do campo; dos aposentados; dos servidores públicos; dos jovens, dos idosos e das mulheres, do meio ambiente, dos direitos humanos e de tantas outras frentes de ação e luta. Iran Barbosa foi testado e aprovado! Sua reeleição é a garantia de que Sergipe continuará a ter, na Câmara Federal, um deputado atuante e comprometido, um verdadeiro representante do povo e dos trabalhadores.
Iriny Lopes	ES	**Deputada Federal**	1333	Decorrente do seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, Iriny foi eleita em 2002 para deputada federal e reeleita em 2006. Como parlamentar, Iriny tem marcado sua trajetória durante com duas linhas de ação que no seu entender são complementares: o desenvolvimento econômico e a defesa dos direitos humanos.
Pinto de Luna	AL	**Deputado Federal**	1300	A frente da Polícia Federal no Estado de Alagoas, Luna marcou sua gestão por ações que atingiram profundamente a classe política local, além de mexerem com a realidade de uma sociedade marcada pela submissão ao poder de intimidação de alguns, tidos como intocáveis. Pinto de Luna dará o primeiro passo para, quem sabe, tornar-se um Davi perante aos Golias da política brasileira e dar início a uma mudança desejada por todo o povo de bem das Alagoas.
Luci Choinacki	SC	**Deputada Federal**	1333	A vida foi um aprendizado para Luci Choinacki, que a tornou uma das mais atuantes mulheres na política brasileira. Venceu o preconceito daqueles que não admitiam – e muitos não admitem até hoje – que uma mulher, agricultora, e empobrecida, participasse de atividades políticas e sociais de organização e de mobilização. Com Dilma, Luci fortalecerá o Congresso Nacional, para o Brasil continuar mudando.
Mário Cardoso	PA	**Deputado Federal**	1350	Mário Cardoso é professor adjunto IV da UFPa e UEPa. Em sua trajetória política ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores – PT no Pará. No movimento Sindical participou da fundação da CUT, em 95/96 tornou-se vereador de Belém, com destacada atuação no parlamento. Eleito em 1998, deputado Estadual, sendo reeleito em 2002.
Renato Simões	SP	**Deputado Federal**	1366	Renato Simões desde o início da militância política e ao longo da vida pública, tem atuação destacada na defesa dos direitos humanos, principalmente, nas áreas de política carcerária, criança e adolescente, e violência do Estado contra o cidadão. Sua atuação no Congresso Nacional será de extrema importância para que Dilma Presidenta possa aprovar reformas democráticas e populares.
Serys Slhessarenko	MT	**Deputada Federal**	1322	Serys tem como principais bandeiras: o incentivo à educação, a preservação do meio ambiente, o direito das minorias e das mulheres, a questão agrária, o combate ao trabalho escravo, infantil e à pedofilia. O mandato da Senadora Serys é um espaço de participação dos cidadãos. Por isso, no Congresso Nacional, Serys estimulará amplo debate nas matérias que estão tramitando.
Terezinha Fernandes	MA	**Deputada Federal**	1312	Terezinha deu apoio às lutas nacionais e locais pelos direitos das mulheres, quilombolas, crianças e adolescentes, garimpeiros, quebradeiras de Coco**.** Dentre os diversos trabalhos realizados, integrou a CPI contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Fiz um mandato ativo, propositivo e realizador. Atuou nas comissões e no plenário e está preparada para voltar à Câmara Federal para bem defender os interesses do povo do Maranhão.

Valmir Assunção	BA	**Deputado Federal**	1310	Em Brasília, como Deputado Federal, Valmir vai ter mais força para fazer ainda mais por nossa gente, junto com Jacques Wagner, continuará ajudando a construir uma nova Bahia, que cresce e se desenvolve com o novo Brasil de Lula e Dilma, um país que a cada dia valoriza mais o seu povo. Essa é a turma, cuja história faz a diferença.
Vicente Lichoti	MS	**Deputado Federal**	1344	Vereador do PT em Nova Andradina/MS, Vicente se consolidou como um militante político e social, empunhando as bandeiras de transformação da sociedade, da necessidade de políticas públicas, de políticas específicas e universais para a juventude, pela afirmação da reforma agrária, por um modelo de desenvolvimento que compatibilize o social, econômico e ambiental, pelo aprofundamento da democracia em todas as suas dimensões, pelo respeito a diversidade sexual e pela afirmação da igualdade de gênero, raça e etnia.
DEPUTADOS ESTADUAIS				
Ana Affonso	RS	**Deputada Estadual**	13813	Primeira mulher da história eleita, em 2004, pelo Partido dos Trabalhadores de São Leopoldo para o Poder Legislativo. Foi reeleita em 2008. Logo depois, assume a presidência da Câmara de Vereadores, liderando o governo Vanazzi. Ana Affonso assumiu a presidência do Ceprol-Sindicato dos professores municipais em 2000 e liderou a primeira greve unificada do funcionalismo.
Ana Lúcia	SE	**Deputada Estadual**	13900	Professora da rede estadual por mais de 35 anos, fundadora e liderança do SINTESE, foi eleita em 2002 e reeleita em 2006 a deputada estadual de Sergipe. Entre 2007 e 2009, ocupou a Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social. Sua trajetória política é um verdadeiro símbolo da luta do povo de Sergipe.
Bernardo	RN	**Deputado Estadual**	13012	A candidatura de Bernardo é fruto do debate da militância partidária que deseja um partido distante das oligarquias e perto dos movimentos sociais e do povo. Juventude, educação, meio-ambiente, saúde, cultura, esporte, mundo do trabalho, segurança e Judiciário são as principais áreas da plataforma política da candidatura de Bernardo.
Bira Rodrigues	PA	**Deputado Estadual**	13640	Professor, biólogo, ambientalista e militante das lutas pela promoção da igualdade. Iniciou sua militância jovem, atuando em movimentos culturais abordando a luta dos afrodescendentes na sua cidade e na Bahia. Participou ativamente da criação de grupos para debater e lutar contra as injustiças sociais por que passa a classe trabalhadora, especialmente a comunidade negra.
Breno Cortella	SP	**Deputado Estadual**	13613	Breno Cortella é advogado. Nas eleições de 2004, foi eleito vereador em Araras, o mais jovem vereador da cidade. Nas eleições de 2008, foi reeleito Atualmente, é secretário de Formação Política da Macrorregião de Campinas do PT, presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara; líder da bancada petista e vice-presidente da Câmara Municipal de Araras. Tem atuado na defesa e no apoio ao governo do PT na Prefeitura de Araras.
César Medeiros	MG	**Deputado Estadual**	13690	Com uma plataforma sólida e objetiva, César Medeiros se destaca dos demais candidatos, buscando combater o bom combate ao lado das trabalhadoras, trabalhadores e minorias. Conceitos como dignidade e respeito ao próximo são de importância vital para a sequência de um projeto coletivo. Nestas eleições de 2010, César Medeiros é candidato a Deputado Estadual apoiado por vários movimentos sociais e de igrejas em Minas Gerais.
Cícero Magalhães	PI	**Deputado Estadual**	13567	Magalhães ficou conhecido e chegou a Câmara Municipal de Teresina por lutar por melhores condições de trabalho. Como comerciário brigou contra longas jornadas, acúmulo de funções, baixos salários e tantas outras formas de desrespeito sofridas pelos trabalhadores. Foi presidente do Sindicato dos Comerciários. Foi eleito vereador em Teresina em 2004 e deputado estadual em 2006.
Círio Vandresen	SC	**Deputado Estadual**	13130	Círio Vandresen sempre esteve ao lado do povo. De setembro a novembro de 2009, na qualidade de suplente, assumiu uma cadeira de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa. Nesta condição, percebeu a importância da oportunidade para ampliar, garantir e colocar em prática os direitos dos cidadãos catarinenses. E para que isso seja possível, a contribuição de cada um é fundamental.
Cláudio Vereza	ES	**Deputado Estadual**	13456	Atualmente o deputado Claudio Vereza integra a Comissão de Constituição e Justiça como vice-presidente e a Comissão de Cultura como presidente. Ele também preside a Frente Parlamentar de Apoio à Micro Empresa, a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e a Comissão Especial de Infraestrutura e Logística. Assim como milhares de companheiros Claudio Vereza luta diariamente por mais ética, justiça, dignidade e resgate da cidadania e que quer construir um Brasil melhor para todos que aqui vivem.

Deoclécio Grippa	RS	**Deputado Estadual**	13570	Deoclécio Grippa foi líder estudantil, atuou em movimentos sociais, sindicais e na juventude da Pastoral da Igreja Católica. Foi secretário geral de Governo e de Planejamento Urbano. Coordenou projetos de captação de recursos, garantindo investimentos de R$ 100 milhões para a construção de 2,6 mil casas populares; instalação da universidade pública; saneamento, construção de escolas e creches. Como candidato defende o emprego, segurança, saúde, educação, entre outros.
Edegar Pretto	RS	**Deputado Estadual**	13655	Militância forjada nas organizações e movimentos de representação dos trabalhadores do campo e da cidade, possui uma trajetória marcada por uma profunda identidade e afinidade com as lutas dos movimentos sociais. Com formação em Gestão Pública, integra o grupo Cantadores da Luta do Povo, que anima atos e manifestações através da música.
Humberto Amaducci	MS	**Deputado Estadual**	13111	Com o compromisso histórico de defesa de mudanças profundas na sociedade, da construção do socialismo e dos interesses da maioria do povo, Humberto Amaducci coloca o seu nome à disposição do PT como candidato a deputado estadual para dar consequência a esta rica trajetória; para defender o nosso projeto nacional através da eleição da companheira Dilma; para recolocar o PT no comando do governo do estado, através do companheiro Zeca do PT, retomando o projeto de mudanças interrompido em janeiro de 2007; e, por fim, para ajudar o PT a ampliar o seu espaço na Assembleia Legislativa e aumentar sua representatividade popular.
Iranilto Sales	TO	**Deputado Estadual**	13999	O jovem policial iniciou sua militância como Presidente do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Tocantins. Foi eleito secretário da Juventude do PT em junho de 2008 e hoje é membro do diretório regional do PT. Iranilto foi presidente da Associação dos Papiloscopistas do Estado do Tocantins durante o último ano, onde encampou várias lutas pelo reconhecimento da categoria, inclusive atuando no congresso nacional pelo reconhecimento do Papiloscopista como Perito Oficial.
Irene dos Santos	SP	**Deputada Estadual**	13654	Irene é advogada formada pela PUC-SP, e começou sua atuação política defendendo os moradores de cortiços e as associações de moradia nas lutas contra os despejos e reintegrações de posse. Assumiu várias responsabilidades nos governos petistas em Diadema, destacando-se seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Pelo seu compromisso, seriedade e disposição de luta, Irene foi eleita por três vezes vereadora em Diadema. Como deputada estadual, será um ponto de apoio para os movimentos sociais em todo o estado e para a sustentação dos governos Dilma e Mercadante.”
José Luiz	ES	**Deputado Estadual**	13888	Zé Luiz é militante do movimento sindical e ativo participante das lutas do povo capixaba. É um dos fundadores e atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Asseio. Nas eleições de 2008, foi eleito vereador de Cariacica. Sua candidatura a deputado estadual é altamente competitiva, figurando como uma das favoritas do Partido dos Trabalhares.
Júlio Quadros	RS	**Deputado Estadual**	13000	Júlio Quadros é comprometido com um Brasil mais justo e solidário, com a luta do povo negro, com o respeito à livre orientação sexual, com os movimentos comunitários e com os sem terra, com as questões do meio ambiente, com a luta das mulheres, dos povos indígenas, da juventude e dos portadores de necessidades especiais, com as pessoas, com a luta por mais emprego e por mais segurança para todos. Compreende que o futuro do Brasil precisa continuar mudando e que o RS precisa voltar a crescer.
Lúdio Cabral	MT	**Deputado Estadual**	13130	Lúdio Cabral é integrante do coletivo local, Graúna, exerce o segundo mandato e é o único representante do PT no legislativo cuiabano. A candidatura de Lúdio, além de dar voz ao conjunto dos movimentos sociais no estado, também abre caminho para a conquista de prefeitura de Cuiabá pelo PT em 2012.
Marcelino Galo	BA	**Deputado Estadual**	13140	Poucos políticos têm uma ação tão destacada na luta pela terra e pela consolidação da reforma agrária na Bahia como Marcelino Galo. Agrônomo por formação. Começou sua atuação política no campus da UFBA em Cruz das Almas, quando participou da Reconstrução da UNE em 1979. Na Assembleia Legislativa, Marcelino Galo vai continuar trabalhando com os movimentos sociais pela Reforma Agrária e para melhorar, ainda mais, a vida das pessoas.

Marina Sant'Anna	GO	**Deputada Federal**	1314	Advogada, foi presidente do CACB, Centro Acadêmico de Direito da PUC-GO. Foi coordenadora da Pastoral de Juventude da Arquidiocese de Goiânia. Também na Arquidiocese, trabalhou na Comissão de Justiça e Paz. Foi advogada da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Eleita vereadora em Goiânia por três vezes – 1988, 1992 e 2004 -, foi a candidata a governadora mais votada da história do PT de Goiás (15% dos votos). Foi Secretária de Assuntos Institucionais da Gestão Pedro Wilson (2001-2004). Tem compromisso com as lutas sociais, destacando-se: meio ambiente, direitos humanos, gênero, igualdade racial e orientação sexual.
Mário Cândido	PR	**Deputado Estadual**	13133	É Bacharel em Direito e Oficial de Justiça, com longa folha de serviços prestados à conscientização e organização dos trabalhadores. é candidato a deputado estadual e com o mandato do povo do Paraná, pretende trabalhar, junto com outras tendências partidárias, para que o PT volte a ser um partido de lutas, de massas, democrático, socialista e revolucionário, em todos os sentidos.
Mauricio Piccin	RS	**Deputado Estadual**	13913	Mauricio é Secretário Estadual da Juventude – PT/RS. Foi, de 2005 a 2007, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes Governo federal, 2005 a 2007. É um jovem candidato a deputado estadual.
Mauro Rubem	GO	**Deputado Estadual**	13789	É odontólogo, especialista em Saúde Pública. Atua no movimento sindical desde a década de 80. Destaca-se por sua luta junto aos/às trabalhadores/as da cidade e do campo. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa e vice-presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, tem compromisso com os movimentos sociais, destacando-se: Sindical, Educação, Saúde, Cultura, Agricultura Familiar, Mulher, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Juventude, Criança e Adolescente, Reforma Agrária, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Democratização da Comunicação, LGBT e Segurança Pública.
Mauro Martinelli	DF	**Deputada Distrital**	13020	Mauro Martinelli tem uma história de lutas no movimento sindical do DF, foi delegado sindical do sindicato dos professores e dos eletricitários, secretário de energia e de organização da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT), tendo coordenado a luta contra a privatização do setor elétrico brasileiro pela FNU. Atualmente é diretor do Sindicato dos Urbanitário do Distrito Federal e candidato a Deputado Distrital.
Múcio Magalhães	PE	**Deputado Estadual**	13133	Sua militância política iniciou em 1981 através da Pastoral Universitária na Universidade Federal Rural de Pernambuco. A primeira experiência foi ajudar os moradores da comunidade do Sítio dos Pintos, a organizar uma Associação de Moradores. Múcio Magalhães é vereador do Recife, reafirma o compromisso com a luta por uma sociedade mais justa, solidária, democrática e participativa, que assegure à classe trabalhadora e ao povo o acesso aos direitos básicos como saúde, educação, trabalho, segurança, transporte, lazer, moradia digna e todos os direitos de uma sociedade democrática e popular.
Paulo Gobira	ES	**Deputado Estadual**	13222	Gobira iniciou a vida política nos movimentos comunitários quando se mudou para Vitória, participou da criação da CUT no Estado. Atua na direção do Sindicato dos Eletricistas do ES e é militante das lutas sociais e populares do campo e da cidade desde a abertura política no Brasil. É reconhecido nacionalmente por levar energia elétrica a cerca de 56 mil famílias da Zona Rural do Estado.
Pedro Kemp	MS	**Deputado Estadual**	13613	Pedro Kemp é graduado em Filosofia e Psicologia, tem mestrado em Educação e está em seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa. Paralelamente à vida política, Pedro Kemp desenvolveu atividades no setor educacional, ministrando aulas e coordenando projetos pedagógicos em escolas e universidades da capital.
José Paulo Serafim	SC	**Deputado Estadual**	13699	José Paulo Serafim é um dos fundadores do PT de Criciúma. Em 1986 assumiu a presidência do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Em 1992 foi eleito vereador, mandato que interrompeu, em 2001, para assumir a Assembleia Legislativa. Foi reeleito em 2002. Hoje atua no fortalecimento do Partido dos Trabalhadores no sul do Estado e para garantir a continuidade do sucesso que vem sendo a cooperativa de mineração administrada pelos trabalhadores.

Sindicatos, política e eleições

Paulo Fontes*

Mais do que uma mera atividade de campanha eleitoral, o comício de Lula e Dilma Rousseff na porta da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, foi um ato carregado de simbolismo.

Em seu berço político e diante dos trabalhadores da empresa que, em 1978, deram início ao ciclo de greves e mobilizações que colocou o ABC paulista no epicentro da luta pela redemocratização do país, o presidente apresentou sua candidata referendando-a como sua sucessora. Muitos observadores interpretaram a atitude do presidente como uma reedição de antigas práticas de controle e manipulação dos trabalhadores.

No entanto, um olhar mais atento revela que a tese da cooptação lulista se baseia numa leitura equivocada das relações entre sindicatos e política ao longo da História. Desde meados do século XIX, o sindicalismo tem tido um papel fundamental no alargamento do espaço democrático, concebido como uma articulação indissociável entre direitos civis, políticos e sociais.

É verdade que a crise do movimento sindical nas últimas décadas diminuiu a importância política dos sindicatos em vários países, mas também é fato que eles continuam a ser um dos principais esteios da sociedade civil e da participação política organizada. Nos Estados Unidos, por exemplo, a central sindical AFL-CIO teve um enorme papel na organização e mobilização da campanha do candidato democrata Barack Obama, em 2008.

No caso brasileiro, as relações entre sindicatos e política também têm sido motivo de intensos debates. Nas primeiras décadas do século XX, mais do que ideais de rejeição da política eleitoral, comum entre as correntes anarquistas, ou do apoliticismo do sindicalismo defendido por diversos setores do governo Vargas, um sistema político autoritário e elitista reprimiu, nem sempre com sucesso, as possibilidades de atuação política dos trabalhadores.

No final do Estado Novo, o trabalhismo varguista e o crescimento da influência comunista entre os trabalhadores mudariam esse quadro. A democracia que emerge com a Constituição de 1946, mesmo limitada e mantendo muito do aparato repressivo anterior, abriu um espaço inusitado para a participação dos sindicatos na arena pública.

Longe de serem meramente cooptados e controlados de cima para baixo por políticos manipuladores, estudos recentes vêm demonstrando que os trabalhadores souberam utilizar as aberturas proporcionadas por aquela conjuntura para reivindicar e conquistar direitos. O período anterior ao golpe de 1964 mostra bem os avanços e contradições dessa ação política naquele período.

De maneira inesperada para muitos, a ditadura militar não conseguiu despolitizar o movimento sindical. Ao contrário, a combinação de crescimento econômico, concentração de renda e repressão política colaborou para a emergência de um sindicalismo que tem tido uma atuação central em nossa vida política.

A chegada ao governo da principal liderança surgida neste processo reavivou o debate sobre as relações entre sindicatos e a política. Para alguns, uma suposta ocupação do Estado por dirigentes sindicais indicaria uma reedição de uma temida "República Sindicalista". Para outros, estaríamos diante de uma nova versão de práticas de cooptação do sindicalismo. Há evidentes limites e problemas na política trabalhista, mas tais análises desconsideram como os próprios trabalhadores e suas organizações têm interpretado e percebido os avanços materiais e simbólicos dos últimos anos. A queda do desemprego, o crescimento da renda e o saldo positivo das negociações salariais mostram que uma importante parte da agenda sindical tem sido cumprida.

Mesmo que, muitas vezes contraditória, a participação do sindicalismo na vida política deve ser saudada como um claro sinal da vitalidade da democracia brasileira. ★

*__Paulo Fontes__ é historiador

Foto: Roberto Stuckert Filho

Lula, Dilma e Mercadante em comício em frente à fábrica da Mercedes-Benz, no ABC paulista